



ATA DA DUCENTÉSIMA OITAVA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 26.09.2011

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e onze, às dezoito horas e trinta e cinco minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores de Joinville, rua Hermann August Lepper, nº 5 1100, Saguazu, realizou-se a ducentésima oitava Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheiro Valmor João Machado, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida fez leitura da Pauta do dia: **1-EXPEDIENTES:** 1.1 Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião; 1.2 Leitura e encaminhamento dos documentos recebidos pela Secretaria Executiva; 1.3 10 Aprovação das atas 30.05.2011, 13.06.2011 e 29.08.2011; 1.4 Recomposição da Comissão de Capacitação; **2-ORDEM DO DIA:** 2.1 Apresentação e Aprovação dos Pareceres da Comissão de Assuntos Internos – 30'; 2.2 Apresentação dos relatórios de viagem dos conselheiros(as) que participaram de eventos nos últimos 90 dias – 15'; 2.3 Apresentação da Prestação de Contas do 1º e 2º trimestre de 2011 do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST – 45'; 3- 15 **ASSUNTOS DIVERSOS 4- INFORMES GERAIS. A Pauta foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. 1.2 DOCUMENTOS RECEBIDOS PELA SECRETARIA EXECUTIVA 1)** A Secretaria Executiva informa a necessidade de aprovação de uma assembleia extraordinária para o dia 17 ou 24 de outubro de 2011, a fim de apresentar as propostas de alteração para o Regimento Interno do CMS-Jlle. **A maioria dos conselheiros presentes aprovou assembleia 20 extraordinária para o dia 17 de outubro de 2011;** 2) Ofício nº 046/2011- SINDSAÚDE, datado de 21.09.2011, indicando como representante titular a senhora Maria Leonora Rossi, em substituição à senhora Mari Estela Nickel Eger, e indicando a senhora Enilda Mariano Stolf para a suplência em substituição à senhora Maria Leonora Rossi; 3) Ofício nº 047/2011- SINDSAÚDE, datado de 21.09.2011, solicitando fiscalização da situação de falta de funcionários no Hospital 25 Regional Hans Dieter Schmidt-HRHDS, bem como dos pacientes graves que se encontram em setores de internação comum. O Presidente informou que a fiscalização referente aos funcionários não está entre as atribuições do Conselho, e sugeriu o encaminhamento à Comissão de Assuntos Externos-CAE, para fiscalização referente aos pacientes. **O encaminhamento foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. 4)** Ofício nº 1412/2011- DENASUS/MS (Departamento Nacional de Auditoria do SUS- Ministério da Saúde), datado de 13.09.2011, em resposta ao ofício 30 nº 096/2011/CMS, informando que em vista de a Associação de Reabilitação da Criança Deficiente-ARCD não ser prestadora de serviços ao Sistema Único de Saúde-SUS, foge das atribuições do DENASUS realizar auditoria neste entidade; 5) Ofício circular nº 026/2011-SGEP-MS (Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa), datado de 09.09.2011, solicitando indicação 35 de duas pessoas, preferencialmente da mesa diretora e da secretaria executiva, para participar do Seminário Nacional “Gestão Participativa e o Controle Social no SUS”, nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2011, em Brasília-DF, sendo que a Secretaria de Gestão Participativa arcará com o custo de passagens e hospedagens durante o Seminário; 6) Correspondência eletrônica da conselheira Silvia Mara A da Costa Fischer, recebida em 26.09.2011, informando que não poderá 40 participar como delegada na próxima Conferência Estadual de Saúde, como representante do segmento dos usuários, por ter assumido outros compromissos. A vaga será assumida pelo suplente Valdir Vieira Rebello; 7) Correspondência do conselheiro Lourenço M Foss Joenk, datada de 26.09.2011, comunicando que não poderá participar como delegado na próxima Conferência Estadual de Saúde, como representante do segmento dos usuários, por estar acompanhando a 45 esposa em tratamento de radioterapia pelo TFD (tratamento fora de domicílio). A vaga será assumida pela suplente Marli Lipinski Wulff; 8) Conselheira Lenir Corso Krutul, comunicando que não poderá participar como delegada na próxima Conferência Estadual de Saúde, como representante do segmento profissionais de saúde, por questões pessoais. A vaga será assumida pela suplente Bruna Heinz de Souza; 9) O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e 50 Nutricional-COMSEAN, convida a participar da palestra “A Construção do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional e os desafios para a sua efetivação”, no dia 28.09.2011, das 9h às 11h, no



Auditório da Casa dos Conselhos. Informações: (47) 3432-8543; JUSTIFICATIVAS DE FALTA 1) Ofício nº 145/2011-SINDSAÚDE, datado de 21.09.2011, justificando ausência de seus representantes da assembleia extraordinária do dia 19.09.2011, por estarem em reunião sindical na cidade de Florianópolis; **A justificativa foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes.** 2) Ofício nº 208/2011-HRHDS (Hospital Regional Hans Dieter Schmidt), datado de 19.09.2011, justificando ausência de seu representante na assembleia extraordinária do dia 19.09.2011, por compromissos anteriormente agendados; **A maioria dos conselheiros não aprovou a justificativa.** ENCAMINHAMENTOS 1) Memorando Interno nº 029/2011-Contabilidade da SMS, datado de 19.09.2011, encaminhando relatório contábil referente ao mês de agosto/2011-**O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos-CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes;** 2) Ofício nº 379/2011-GER (23ª Gerência de Saúde), datado de 22.09.2011, solicitando indicação de titular e suplente para representar o CMS-Jlle nas reuniões da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) região nordeste de Santa Catarina; Conselheira Lenir explicou que esta Comissão é ligada a Secretaria de Educação e Trabalho do Ministério, e tem como objetivo trabalhar a educação continuada dos profissionais de saúde. Disse que é de caráter regional, sendo que Joinville é a única cidade que mantém representação do controle social. Esclareceu que compõem a Comissão as escolas do estado, as regionais, os departamentos de educação continuada dos hospitais públicos e é aberta ao controle social. Apresentaram-se os conselheiros Lenir Corso Krutul como titular, e Raphael Henrique Travia como suplente. **As indicações foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.** 3) Ofício nº 4.022/2011-AMUNESC, datado de 26.09.2011, convidando um representante do CMS-Jlle para participar como membro da Comissão Organizadora, da etapa municipal, da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social. A primeira reunião acontecerá no dia 30.09.2011, às 14:30h, na sede da AMUNESC, Rua Max Colin, 1843, América. Apresentaram-se os conselheiros Douglas Calheiros Machado e Rosinete Fátima Ferreira Neto. **A maioria dos conselheiros presentes aprovou a indicação do conselheiro Douglas.** 1.3 O Presidente colocou em votação a aprovação das atas dos dias 30.05.2011, 13.06.2011 e 29.08.2011. **As atas foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.** 1.4 O Presidente informou que compõem a Comissão de Capacitação, três conselheiros do segmento usuários, sendo que para garantir a paridade, é preciso mais três membros dos outros segmentos. Conselheira Heloisa Hoffmann, representante da Maternidade Darcy Vargas, segmento governo, apresentou-se para a vaga, porém esclareceu que primeiro conversaria com sua suplente, para que a mesma represente sua Instituição, e em caso de resposta negativa, disse que assumiria a representação. Também apresentaram-se os conselheiros Denise da Silva Gava, representante da Associação dos Professores de Educação Física de Joinville e Região-APEFJR, segmento profissionais de saúde, e Ludmila Luz Cargnin, representante da Associação Brasileira de Odontologia-ABO, segmento profissionais de saúde. **As indicações foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.** 2.1 Conselheiro José Martins, membro da Comissão de Assuntos Internos-CAI, passou a apresentar os Pareceres da Comissão. *“PARECER Nº 32/2011 Joinville, 18 de julho de 2011. PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE DAS HEPATITES VIRAIS Considerando, -a apresentação do Programa Municipal de Controle das Hepatites Virais ao Conselho Municipal de Saúde em 13.12.2010; -o aumento desta doença no Brasil e no mundo nos últimos anos e a possibilidade de ocorrência de complicações das formas agudas e crônicas faz com que as hepatites sejam um problema de saúde pública; -que o Ministério da Saúde criou em 2002 o Programa Nacional de Hepatites Virais, uma vez que a inclusão desta doença na lista de doenças de notificação compulsória se deu somente no ano de 1996; -realização de Inquérito epidemiológico de Hepatites Virais em 270 casos suspeitos, em Joinville; -a necessidade da organização das Investigações epidemiológicas e melhoria da notificação dos casos de Hepatites Virais em Joinville; -a articulação com a rede laboratorial conveniada para a notificação e encaminhamentos das sorologias realizadas; -que o programa notificará casos na rede básica e rede privada de saúde de Joinville; Esta comissão parabeniza o serviço de Vigilância*



Epidemiológica de Joinville e sugere a aprovação do Programa Municipal de Controle das Hepatites Virais.” **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.**

105 “PARECER Nº 33/2011 Joinville, 31 de agosto de 2011. PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE O ANO DE 2010 DA ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO DA CRIANÇA DEFICIENTE – ARCD A Comissão de Assuntos Internos analisou a documentação enviada pela Associação de Reabilitação da Criança Deficiente (ARCD), especialmente as divergências apontadas pela auditoria contábil realizada no final de 2009 e início de 2010. Inicialmente

110 observou-se que os valores apresentados na receita e despesas eram divergentes, sendo necessária a presença do contador da instituição, que, na data do dia 31.08.11, esteve juntamente com a direção administrativa em reunião desta comissão, onde foi possível constatar, no comparativo entre balanço e demonstrativo financeiro dos resultados do exercício 2010, que os valores convergiam, a diferença estava na ausência dos lançamentos das despesas financeiras.

115 Constatou-se também que a instituição está em dia com a prestação de contas com a Prefeitura e Secretaria da Fazenda, que o atendimento realizado é 100% gratuito e que houve uma preocupação com a redução de custos de um ano para outro. Ressaltamos que a entidade manifestou intenção de criar um Portal de Transparência e, atualmente, buscam o certificado de filantropia. Considerando que os Valores apresentado no que tange aos lançamentos contábeis,

120 receitas e despesas, bem como diferença no DRE , foram todos esclarecidas e corrigidos, apresentado inclusive um novo balanço com a presença do contador da entidade, na reunião da CAI, a Comissão recomenda a aprovação da Prestação de Contas da Associação de Reabilitação da Criança Deficiente – ARCD referente ao ano de 2010.” **Manifestações:** conselheira Rosinete perguntou qual o repasse recebido atualmente pela ARCD. Conselheiro Julio Theodoro Moraes,

125 representante da Instituição, informou que o valor é de R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil Reais). Conselheiro Raphael lembrou que na última reunião foi aprovada a revisão das contas referentes ao ano de dois mil e nove da ARCD, e perguntou se esta revisão teria alguma influência sobre as contas do ano de dois mil e dez. O Presidente disse que se os valores apresentados já levaram em conta as correções referentes ao ano anterior, não faria diferença, caso contrário, será necessário a correção dos valores referentes ao ano de dois mil e dez. Mas reforçou que o Parecer é referente ao ano de dois mil e dez, e revisão solicitada é referente ao ano de dois mil e nove. **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.**

130 “PARECER Nº 34/2011 Joinville, 17 de agosto de 2011. DENÚNCIA DE COMPRA SUPERFATURADA NO PAM BOA VISTA Considerando, - a apresentação de denúncia relativo à compra superfaturada de lente para exames de fundoscopia (lente 20D), para o PAM Boa Vista, apresentada ao Conselho Municipal de Saúde na assembleia do dia 21 de março de 2011, conforme cópia de Nota Fiscal em anexo; - que a Secretaria Municipal de Saúde apresentou à Comissão de Assuntos Internos, na data do dia 17.08.11, cópia da Nota de Empenho nº 930, emitida em 15.02.2011, (anexo) a qual empenhava a aquisição de uma (01) lente para exames de fundoscopia, no valor de R\$.3.300,00 (três mil e trezentos reais) para a firma Silvia Maria da Silva ME; - que juntamente com a cópia supracitada foi apresentado a Anulação de Empenho Orçamentário nº 930 (sequencia da movimentação nº25.572), datado de 11.03.11, alegando valor em desacordo; - que a lente, segundo a SMS, foi devolvida ao fornecedor; Esta comissão considera esclarecida a denúncia relativo a esta compra.” **O Parecer foi aprovado pela maioria**

145 **dos conselheiros presentes.** Na sequencia, conselheira Mariluci Paiva, apresentou mais um Parecer: “PARECER Nº 35/2011 Joinville, 17 de agosto de 2011. HABILITAÇÃO DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL DR. JESER AMARATE FARIA EM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM CIRURGIA CARDIOVASCULAR PEDIÁTRICA Considerando, - Ofício nº 200/11-GUPCAA/CAA (Gerência da Unidade de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria), datado de 27.04.2011, encaminhando ao CMS-Jlle a solicitação do Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria para habilitação em serviço de assistência de alta complexidade em cirurgia cardiovascular pediátrica, e o encaminhamento à CAI na assembleia do dia 25.07.2011; - Parecer da equipe de auditores da Secretaria Municipal de Saúde favorável ao credenciamento; - Parecer

150

155

do gestor municipal considerando o Hospital apto para habilitação do serviço solicitado; - Ofício nº 442/11-GUPCAA/CAA (Gerência da Unidade de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria), datado de 08.09.2011, em resposta ao ofício nº 138/11/CMS/CAI, encaminhando informações complementares referentes ao assunto; A CAI avaliou a vistoria baseada na Portaria nº 210/2004 e considera importante expor as seguintes condições com pendências temporárias e relativas:

| Portaria nº 210/2004 | HMIJAF | Solicitações da CAI, Pendências e Prazos |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Máximo de 179/mês consultas em cardiologia pediátrica 120 cirurgias/ano | Resposta Vistoria: SIM | Número real de consultas de cardiologia pediátrica oferecidas pelo Hospital: 290/mês Acima do limite máximo- Ajuste 1 ano |
| Ecocardiograma: 130/mês | Resposta Vistoria: SIM | Oferta obrigatória ao município, solicitação dos serviços pela Regulação da SMS |
| 1 Enfermeiro/ 15 leitos 1 Auxiliar/ 20 leitos | Resposta Vistoria: SIM | |
| Reabilitação Física e Psicológica | Resposta Vistoria: SIM | |
| Responsável Técnico: Dr Gilberto Carlos Macedo Junior + Segundo médico: Dr Murtim Burger | Responsável Técnico de um único serviço | Sem resposta referente a exigência de residir na cidade ou em cidade circunvizinha |
| Médico cardiologista pediátrico responsável: Dr Francisco Cesar Pabis Atendimento diário e em regime de plantão | Resposta Vistoria: SIM | Oferta obrigatória para o município, a ser solicitada pela SMS |
| Enfermeiro coordenador com residência em cardiologia | Resposta Vistoria: NÃO | Prazo máximo 4 anos |
| 1 enfermeiro/ 3 leitos de alta complexidade | Resposta Vistoria: SIM | Oferta imediata, prazo máximo 1 ano |
| 1 auxiliar/ 2 leitos de alta complexidade | Resposta Vistoria: SIM | Oferta imediata, prazo máximo 1 ano |
| UTI neonatal e pediátrica | Resposta Vistoria: SIM | Média de ocupação da UTI neonatal: 95% Sem vagas para tal serviço, são necessários novos leitos- caráter imediato, prazo de 1 ano- pois o HMIJAF é Referência Média de ocupação da UTI Pediátrica: 75% |
| 10/mês cirurgias cardiovasculares, ou no mínimo | Oferece 4 cirurgias/mês | O serviço ainda não possui funcionamento mínimo para |

| | | |
|-----------------------------|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 120/ano em pacientes do SUS | | <i>manter eficiência de alta complexidade em escala. Deve ser programado ajuste no prazo de 2 anos para alcançar a meta mínima, sendo esta obrigatória para manter a habilitação</i> |
|-----------------------------|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

160 A CAI tem seu parecer favorável à habilitação, mediante o cumprimento das exigências acima, nos prazos definidos, sendo que tal habilitação deverá ser reavaliada em 1 ano.” **Manifestações:**

165 conselheira Rosinete manifestou opinião de que o Parecer apresentado é contraditório, pois fere a Lei nele citado. Disse que quando a instituição adequar-se ao que determina Lei, o Parecer poderia ser favorável, e não o contrário. Conselheiro Lourenço concordou, dizendo que não deveria-se aprovar esta habilitação enquanto o Hospital não adequar-se as normativas da Lei.

170 Conselheira Michele de Souza Andrade prestou alguns esclarecimentos. Referente ao número de consultas que ultrapassa o máximo determinado pela Portaria, disse que se a Secretaria Municipal de Saúde-SMS solicitar que o Hospital diminua as consultas, ele fará isso, mas isso resultará em demanda reprimida. Quanto ao ecocardiograma, e médico cardiologista pediátrico, pontuou que não podem ser ofertados apenas para o município, porque o Hospital é Referência para a macrorregião. Também questionou à Comissão se a SMS ou o HMIJAF foram chamados ou se lhes foram solicitados os esclarecimentos dos pontos citados no Parecer. Em relação a UTI neonatal, esclareceu que a Portaria não determina taxa de ocupação mínima ou máxima, apenas determina que a unidade possua. Acrescentou que o HMIJAF já vem realizando este tipo de cirurgia a alguns meses, e não são realizadas mais por falta de demanda, e não por falta de

175 capacidade do Hospital, e no caso de não acontecer o credenciamento, essas crianças precisarão ir para Florianópolis para o procedimento. Conselheira Mariluci considerou que é um serviço necessário, e a Comissão achou importante deixar algumas situações evidenciadas ao Conselho, com prazos de adequações, o que porém, na visão da Comissão, não são impeditivos à habilitação. Conselheira Rosinete questionou por quê o município aprova este tipo de habilitação, se o Hospital é um prestador de serviços ao Estado. Disse que não lembra de a referida instituição estar reconhecida como ente prestador por este Conselho, e citou que no Conselho Estadual de Saúde-CES está-se tendo ampla discussão referente a situação das Organizações Sociais-OS, e existe uma grande possibilidade de estas instituições voltarem a ser responsabilidade do Estado, lembrando que o CMS-Jlle possui uma Resolução manifestando-se contrário às OSs. O

180 Presidente solicitou que os conselheiros tivessem mais respeito ao Pleno, destacando que não houve em nenhum momento falta de respeito, e a votação por parte dos conselheiros é feita às claras, não às escondidas. Considerou que deve-se respeitar a decisão do Pleno, que é soberano. Conselheiro José Martins parabenizou aos conselheiros pela ampla discussão do assunto, dizendo que assim todos estão cumprindo seu papel de controle social. **O Parecer foi aprovado**

190 **pela maioria dos conselheiros presentes**, sendo que os conselheiros Rosinete Fatima Ferreira Neto e Lourenço Foss Joenk registraram voto contrário. **2.2** Conselheiro Valmor João Machado passou a apresentar o Relatório de sua participação no “Seminário sobre Demandas Judiciais no Âmbito do SUS e Serviço Civil em Saúde”, realizado em Brasília-DF, nos dias sete e oito de julho de dois mil e onze. Apresentou como objetivo do evento discutir temas relevantes à judicialização e o serviço civil obrigatório, e o objetivo específico aprimorar, discutir e sugerir. Disse que no

195 primeiro dia do evento, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que também ocupa o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Saúde-CNS, falou sobre o tema da judicialização, e os custos que vêm acarretando à saúde pública, citando um caso de três pacientes que tem feito tratamento com custo de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos Reais), para aumentar a sobrevida em trinta dias. Expôs que na sequencia, Doutor Milton Nobre, Procurador da Justiça, falou sobre o papel do Poder Judiciário, que muitas vezes julga-se incompetente, no sentido jurídico, por não terem conhecimento sobre questões ligadas à saúde. Falou de suas sugestões no evento, que

200

foram acatadas: que tenha um conselheiro nacional de saúde como membro do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, e também um representante do CNJ no CNS; que nos municípios, sejam criadas comissões específicas a fim de julgar os casos de demandas judiciais, composta por representantes do CMS, do Conselho Regional de Medicina, da SMS, da CNBB-Pastoral da Saúde e do Ministério Público-MP. Em seguida, falou da programação do segundo dia do evento, que tratou sobre serviço civil em saúde, onde a senhora Jeane, representante do Ministério da Educação, falou sobre a dificuldade de implantar o serviço civil obrigatório, sendo que ela sugeriu que este serviço fosse opcional. Na sequência, relatou que o Doutor Milton Arruda do Ministério da Saúde- MS, falou da dificuldade em se contratar médicos para o SUS, sendo que a proposta apresentada foi que cada estudante formado na área da saúde, que fez uso do Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior-FIES, cumpra dois anos de serviço civil em favor da sociedade, sendo que a cada mês trabalhado, é abatido o valor de 1% (hum por cento) do valor de seu financiamento, o que daria um total de 24% (vinte e quatro por cento) de desconto ao final de dois anos. Senhor Valmor considerou que é necessário haver ampla discussão, a nível nacional sobre o tema, pois se por um lado, se o serviço for opcional, dificilmente haverá quem deseje aderir, por outro lado, se for obrigatório, deve-se levar em consideração como será a qualidade do serviço oferecido. Dando sequência, conselheiro Valmor passou a apresentar o relatório de sua participação na reunião ordinária do CNS, realizada em Brasília-DF, nos dias dez e onze de agosto de dois mil e onze, apresentando como objetivo do evento: analisar, discutir e sugerir, e o objetivo específico: trazer resultados relevantes para o CMS. Justificou que o convite foi recebido da coordenação de plenária, e não foi apresentada ao Pleno por falta de tempo hábil, pois a reunião aconteceu no início do mês, e o CMS se reuniria apenas no dia vinte e sete. Explicou que nas reuniões do CNS apenas os conselheiros nacionais tem o direito a voz, sendo vetado o direito a fala para os visitantes. Relatou que para cada assunto discutido, existe um coordenador. Falou que no primeiro dia de reunião, a discussão foi em torno da revista do CONASS, e da Conferência Nacional de Saúde; e no segundo dia, houve explicações de membros do MP, expondo assuntos referentes a demandas dos CMS, e colocando-se à disposição dos Conselhos. **Manifestações:** conselheiro Sérgio Sant'anna expressou preocupação com relação aos salários pagos aos médicos, dizendo que o governo cria uma diferença muito grande entre o médico privado e o que presta serviço público, sendo que estes últimos tem um salário muito defasado em comparação com os privados. Conselheiro Carlos Roberto Cardoso Torrens, sugeriu que quando o conselheiro apresentar seu relatório de participação em algum evento, seja entregue aos conselheiros por escrito, para que não se tome tempo da reunião. Conselheiro Laércio Batista Junior, sugeriu que se entregue aos conselheiros o relatório mais detalhado, mas que a apresentação ao Pleno seja mais resumida. Conselheira Lenir, vice-presidente da Mesa Diretora, informou que esta prática está sendo instituída, a fim de promover a informação a todos os conselheiros, sendo que com o tempo, pode-se aprimorar a maneira de apresentação, porém, o objetivo é que se socializem as informações, e quando o assunto for pertinente, que se promova discussão. Conselheira Marli disse que existem médicos que desejam trabalhar nas unidades de saúde do município, mas que é muito demorado para serem chamados pelo setor de Recursos Humanos-RH, o que já causou a perda de médicos. O Presidente sugeriu que o fato fosse encaminhado à secretaria executiva, para que se solicite informações ao gestor referente ao caso. Conselheiro Valmor concluiu dizendo que tem este Relatório completo, nos mínimos detalhes, e que está a disposição de quem assim desejar. A vice-presidente conselheira Lenir, informou que haveriam mais duas apresentações de relatórios de participação em eventos, mas propôs que devido ao adiantado da hora, fossem apresentados na próxima reunião, dando preferência a que se apresente a prestação de contas do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador-CEREST. Todos concordaram com a sugestão. **2.3** Senhor José Fausto, coordenador do CEREST, cumprimentou todos os presentes, e iniciou convidando os membros do CMS a participarem de um Seminário sobre Saúde do Trabalhador, que acontecerá no dia vinte e sete de outubro, e visto serem vagas limitadas, incentivou aos interessados que façam

255 antecipadamente suas inscrições. Também informou que o CEREST recebeu nesta semana,
doações do Ministério Público do Trabalho-MPT, sendo uma televisão de 47' (quarenta e sete
polegadas), um aparelho de som, além de outros aparelhos, que contribuirão para a boa
estruturação do CEREST para cumprir seu papel. Justificou o atraso na apresentação da
prestação de contas, dizendo que esteve hospitalizado, portanto, não houve possibilidade de
260 apresentar anteriormente. Em seguida, apresentou as prestações de contas, conforme anexo I
desta ata, após o que demonstrou os respectivos balancetes, conforme segue: **1º trimestre-**
Despesas mensais em janeiro R\$ 3.762,77 (três mil setecentos e sessenta e dois Reais e setenta
e sete centavos); em fevereiro R\$ 9.786,28 (nove mil setecentos e oitenta e seis Reais e vinte oito
centavos); em março R\$ 22.833,88 (vinte e dois mil oitocentos e trinta e três Reais e oitenta e oito
centavos); sendo um total de R\$ 36.382,93 (trinta e seis mil trezentos e oitenta e dois Reais e
265 noventa e três centavos). Sintéticos de despesas: adiantamentos R\$ 5.891,67R (cinco mil
oitocentos e noventa e um Reais e sessenta e sete centavos); serviços terceirizados R\$ 26.126,57
(vinte e seis mil cento e vinte e seis Reais e cinquenta e sete centavos); material permanente R\$
2.838,00 (dois mil oitocentos e trinta e oito Reais); material de consumo R\$ 1.526,69 (hum mil
quinhentos e vinte e seis Reais e sessenta e nove centavos); somando um total de R\$ 36.382,93
270 (trinta e seis mil trezentos e oitenta e dois Reais e noventa e três centavos). Sintético de entradas:
rendimentos R\$ 17.692,17 (dezesete mil seiscentos e noventa e dois Reais e dezessete
centavos); devolução de adiantamentos R\$ 514,46 (quinhentos e quatorze Reais e quarenta e
seis centavos); investimentos/incentivo R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil Reais); somando um total
de R\$ 138.206,63 (cento e trinta e oito mil duzentos e seis Reais e sessenta e três centavos).
275 Sintético do 1º trimestre: Despesas R\$ 36.382,93 (trinta e seis mil trezentos e oitenta e dois Reais
e noventa e três centavos); saldo R\$ 138.206,63 (cento e trinta e oito mil duzentos e seis Reais e
sessenta e três centavos); saldo do 4º trimestre R\$ 883.452,29 (oitocentos e oitenta e três mil
quatrocentos e cinquenta e dois Reais e vinte e nove centavos); ficando um saldo de R\$
985.275,99 (novecentos e oitenta e cinco mil duzentos e setenta e cinco Reais e noventa e nove
280 centavos). Citou os trabalhos realizados com fiscalizações, cursos e capacitações durante o
período: nos meses de janeiro, fevereiro e março: Pós graduação, para trinta servidores da
macrorregião, em saúde do trabalhador pela UniToledo; no dia 17.02.2011: fiscalização em São
Bento do Sul, Mafra e Campo Alegre; nos dias 22 e 24.02.2011 e 01 e 03.03.2011: capacitação
em FormSUS para os servidores da Gerência da Unidade de Vigilância em Saúde-GUVS; no dia
285 17.03.2011: curso "Princípios Básicos de Toxicologia Geral"; no período de 10 a 13.04.2011:
Seminário Nacional de Segurança e Saúde no Setor Elétrico. **2º trimestre-** Despesas mensais em
abril R\$ 18.666,70 (dezoito mil seiscentos e sessenta e seis Reais e setenta centavos); em maio
R\$ 60.390,65 (sessenta mil trezentos e noventa mil Reais e sessenta e cinco centavos); em junho
R\$ 10.562,60 (dez mil quinhentos e sessenta e dois Reais e sessenta centavos); somando um
290 total de R\$ 89.619,65 (oitenta e nove mil seiscentos e dezenove Reais e sessenta e cinco
centavos). Sintético de despesas: adiantamentos R\$ 6.150,00 (seis mil cento e cinquenta Reais);
serviços terceirizados R\$ 48.889,36 (quarenta e oito mil oitocentos e oitenta e nove Reais e trinta
e seis centavos); material permanente R\$ 197,47 (cento e noventa e sete Reais e quarenta e sete
centavos); material de consumo R\$ 34.383,12 (trinta e quatro mil trezentos e oitenta e três Reais e
doze centavos); somando um total de R\$ 89.619,65 (oitenta e nove mil seiscentos e dezenove
295 Reais e sessenta e cinco centavos). Sintético de entradas: rendimentos R\$ 17.299,54 (dezesete
mil duzentos e noventa e nove Reais e cinquenta e quatro centavos); devolução de adiantamentos
R\$ 2.034,39 (dois mil e trinta e quatro Reais e trinta e nove centavos); investimentos/incentivo R\$
90.000,00 (noventa mil Reais); somando um total de R\$ 109.333,93 (cento e nove mil trezentos e
300 trinta e três Reais e noventa e três centavos). Sintético: despesas R\$ 89.619,65 (oitenta e nove
mil seiscentos e dezenove Reais e sessenta e cinco centavos); saldo R\$ 109.333,93 (cento e nove
mil trezentos e trinta e três Reais e noventa e três centavos); saldo do 1º trimestre R\$
985.275,99 (novecentos e oitenta e cinco mil duzentos e setenta e cinco Reais e noventa e nove
Reais), somando um total de saldo no 2º trimestre R\$ 1.004.989,97 (hum milhão quatro mil

305 novecentos e oitenta e nove Reais e noventa e sete centavos). Citou os trabalhos realizados com
fiscalizações, cursos e capacitações durante o período: nos meses de abril e maio: pós
graduação, para 30 servidores da macrorregião, em saúde do trabalhador pela UniToledo; 17 a
20.04.2011: 26º Encontro Internacional de Audiologia; dia 25.04.2011: palestra: “O Mundo do
Trabalho Contemporâneo e a Saúde Mental”; dia 26.04.2011: palestra “Saúde Mental e Trabalho”;
310 dia 27.04.2011: Dia Internacional da Conscientização sobre o Ruído, palestra sobre a “Convenção
Coletiva de Proteção de Prensas e Similares de Joinville”; dia 28.04.2011: Segurança no Trabalho
e Inovações Tecnológicas na Indústria da Construção Civil; dia 10.05.2011: fiscalização em
empresas da macrorregião a pedido do MPT; 18.05.2011: reunião com CEREST estadual e
coordenações dos CEREST regionais; de 07 a 09.06.2011: fundamentos didático-
315 pedagógico/andragógico e prática de ensino para formadores em segurança e saúde do trabalho;
dia 10.06.2011: Seminário Estadual do Grupo de Ações dos Sindicatos do FSST; de 13 a
17.06.2011: fiscalização em Concórdia e Curitiba a pedido do MPT; dia 04.07.2011:
fiscalização em Corupá e Jaraguá do Sul a pedido do MPT; de 06 a 08.07.2011: fiscalização em
São João do Itaperiú a pedido do MPT; dia 11.07.2011: fiscalização em Schoereder, Guaramirim,
320 Araquari e São Francisco do Sul a pedido do MPT. **Manifestações:** conselheira Michele de Souza
Andrade parabenizou pela transparência da apresentação, e sugeriu que a apresentação ao Pleno
fosse mais resumida, ficando o detalhamento para a CAI, que avaliará a prestação de contas, e
questionou por quê a Instituição tem tanto dinheiro em caixa, e se esse recurso será usado para
alguma ação específica. Conselheiro Sérgio perguntou qual será o retorno das pessoas pleiteadas
325 com a pós graduação financiada pelo CEREST. Conselheira Heloísa reiterou a pergunta feita pela
conselheira Michele. Conselheiro Lourenço também parabenizou pela transparência, e chamou a
atenção a diferença de valores entre os carros utilizados pelo CEREST, pontuando que vale a
pena dar preferência ao carro de menor valor. Conselheiro Douglas questionou sobre a obra da
sede do CEREST, e se existe um prazo para uso do recurso que a Instituição tem em caixa.
330 Conselheiro José Carmelito Siguemel, perguntou se existe um calendário de visitas nas
empresas, principalmente nos órgãos públicos. Conselheira Mariluci comentou que percebeu um
empenho para capacitar os servidores, mas não percebeu empenho em educar os cidadãos,
principalmente os trabalhadores em empresas. Conselheiro Martins expressou que em quarenta
anos, não tem visto melhora na questão da saúde do trabalhador, dizendo que em Joinville há
335 muitos casos de trabalho escravo, sem fiscalização do CEREST ou MPT. O coordenador, senhor
Fausto, esclareceu que parte do valor que está no caixa, será destinado à obra da sede, e parte
para formação de servidores do CEREST. Explicou que o trabalho do CEREST é voltado para
capacitação, e só pode ser feita contratação de capacitação e aprendizagem, e recentemente
formaram-se em pós graduação trinta servidores, todos eles profissionais de saúde concursados,
340 funcionários de carreira. Esclareceu que o CEREST tem sua atuação na macrorregião, incluindo
os municípios de Joinville, Itapoá, Garuva, São Bento, Rio Negrinho, Mafra, Campo Alegre,
Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Schroeder, São João do Itaperiú, Araquari, São Francisco
do Sul, Barra Velha. Relacionado a obra da sede, pontuou que houve dois problemas. Primeiro no
projeto previa apenas a ampliação, não constando a necessária reforma da parte já existente.
345 Outro problema, é que o terreno tem duas escrituras, por isso foi necessário paralisar a obra para
resolver este problema burocrático, unindo as duas escrituras, sendo que a previsão é que as
obras sejam retomadas em quarenta dias, tendo então o prazo de quatro meses para conclusão.
Quanto ao calendário de visitas, disse que não é feito pelo CEREST, que trabalha pro SUS, sendo
que a parte de visitas a órgãos públicos é feita pela Vigilância Sanitária. Esclareceu que o
350 CEREST fiscaliza o ambiente de trabalho, o que poderia colocar em risco a saúde do trabalhador,
não fiscaliza carteiras de trabalho e recolhimento de impostos, o que está a cargo do MPT.
Concluiu que se for desejo do Pleno, poderia apresentar aos conselheiros alguns projetos
iniciados pelo CEREST, que hoje estão em nível estadual e nacional. **O encaminhamento à CAI
foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** Nada mais havendo a tratar, o
355 Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, conselheiro Valmor João Machado deu



por encerrada a ducentésima oitava Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e quarenta e cinco minutos, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os(as) conselheiros(as):

360 **Michele de Souza Andrade, Fabrício Machado, Heloísa Hoffmann, Douglas Calheiros Machado, Julio Theodoro Moraes, Mariluci Paiva, Giscard Siervo Conte, Marcia Schneider, Lenir Corso Krutul, Ludmilla Luz Cargnin, Thomas Andréas Huber, Nelson Renato Esteves, Laércio Batista Junior, Maria Leonora Rossi, José Carmelito Siguemel, João Fábio Salles da Silva, Denise da Silva Gava, Mario Bruckheirmer, Valmor João Machado, Julio Manoel Maria, Sergio Sant'anna, Valmor Ribeiro, Terezinha Vieira de Castro, Lucinda Fozzato Hebling,**

365 **Terezinha Jesus de Passos, Mario Luiz Alves, Raphael Henrique Travia, Jorgete Onohara, Rosinete Fatima Ferreira Neto, José Martins, Michel de Medeiros, Alaíde Correia André, Euclides Paterno, Marli Lipinski Wulff, Luiz Manoel Ferreira Vasconcelos, Lourenço Foss Joenk, Josafá Távora, Carlos Roberto Cardoso Torrens, Sílvia Mara Araujo da Costa Fischer, Marcilio da Silveira, Pedro Celestino da Silva Junior, José Declarindo dos Santos,**

370 **Nelson Antonio de Souza,** e três representantes dos conselhos locais de saúde.